



CONJUNTURA

A miséria dos números (I)

Segundo o economista Márcio Pochmann, a desigualdade de renda brasileira está sendo "ocultada" nos números oficialmente divulgados. O seu ponto é que a estatística oficial da desigualdade é subestimada de maneira proposital ao excluir as pessoas com renda nula dos cálculos. A sua proposta seria trabalhar com todo o universo de pessoas acima de 10 anos de idade – e não só os ocupados – incorporando o contingente de desempregados e os sem-pagamento aos números da desigualdade. Permito-me discordar em dois pontos:

Em primeiro lugar, a idéia de que o governo FHC esconde os maus números da desigualdade não se sustenta em nível tanto da análise dos discursos como das práticas observadas. Há quatro anos, o IBGE abriu acesso público irrestrito aos microdados de suas pesquisas que são o insumo básico para a produção de estatísticas sociais. Essa transparência assumida pelo IBGE, não é compatível com a teoria de que a nossa desigualdade é sistematicamente "ocultada" por órgãos oficiais. Na verdade, o potencial de conhecimento sobre a desigualdade brasileira foi democratizado.

Em segundo lugar, diversas áreas do governo federal divulgam, todo o tempo, estatísticas sociais secundárias baseadas em renda familiar *per capita* (a soma de renda de todos os membros da família dividida pelo número total de membros). A fim de incorporar desempregados, não remunerados e – por que não? – crianças à análise social, é preciso apenas que se entenda o significado dos conceitos corriqueiramente divulgados por órgãos oficiais, ou não. A meu ver, as principais causas da pobreza da análise conjuntural de cunho social brasileira encontram-se em outros lugares.